

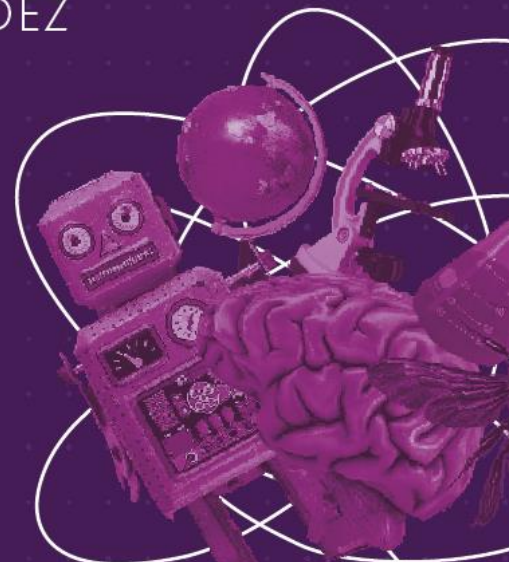
# INVESTIGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Professora orientadora: Fabiana Xavier Cartaxo Salgado

Alunos: Paulo Henrique Takatsu de Oliveira e Ana Beatriz Dourado Gomes

PROGRAMA DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
PIC/CEUB

**RELATÓRIOS DE PESQUISA**  
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ  
**2024**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**PAULO HENRIQUE TAKATSU DE OLIVEIRA  
ANA BEATRIZ DOURADO GOMES**

**INVESTIGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA  
PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE  
ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pesquisa e Extensão.  
Orientação: Fabiana Xavier Cartaxo Salgado.

**BRASÍLIA  
2025**

## RESUMO

A educação sexual nas escolas contribui de forma positiva para a vida dos adolescentes nos aspectos pessoal e social, ajudando-os a desenvolver habilidades e valores éticos que os capacitam a tomar decisões saudáveis e respeitadas. Entretanto, ainda existe resistência à abordagem de temas relacionados à saúde sexual no ambiente escolar, motivada por estigmas sociais e concepções retrógradas que limitam o diálogo. Este projeto teve como objetivo investigar a capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal. Trata-se de estudo de campo, transversal, exploratório e descritivo, realizado entre abril e junho de 2025, por meio de questionário estruturado e validado, contendo 39 questões (37 fechadas e 2 abertas), aplicado no ambiente escolar. Foram incluídos professores do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), responsáveis por ministrar aulas de educação sexual previstas na Base Nacional Comum Curricular, com mais de um ano no cargo. Foram excluídos os que não aceitaram participar ou não responderam após cinco tentativas. A pesquisa foi aplicada em 23 escolas e respondida por 37 professores de ciências. A mediana etária foi de 39 anos, com predominância do sexo masculino (51,35%), solteiros (54,05%), religião católica (40,54%), graduado em licenciatura (56,7%) e tempo de docência de 6 a 10 anos (27,02%). Cerca de 51,35% afirmaram que a educação sexual está presente no projeto educativo escolar, e 97,3% consideraram o tema muito importante. A maioria (56,76%) negou ter formação específica no tema de sexualidade, e mesmo que 48,65% se declarem aptos para a abordagem, 72,97% relatam dificuldades/constrangimento na execução do tema com os alunos. Os docentes relataram que acreditam que os alunos buscam informações sobre sexualidade principalmente com primos (70,27%), colegas (97,30%) e na internet (100%), não recorrendo ao serviço de saúde (0%). Nossos achados orientam que a consolidação da educação sexual nas escolas, depende do envolvimento não somente dos professores, mas da família e efetivamente do apoio institucional. Reforçam a necessidade de estratégias públicas que garantam uma formação inicial e continuada dos educadores na abordagem da sexualidade nas escolas, sobretudo quando consideramos o distanciamento dos jovens dos serviços de saúde. Informações abordando a educação sexual entre adolescentes, pode ser considerado um instrumento de cidadania, de respeito à diversidade e de garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, a figura dos professores é considerada essencial, consolidando assim, a escola como espaço de aprendizado seguro, eficaz, ético e esclarecedor sobre saúde.

**Palavras-chave:** educação sexual; saúde sexual; adolescentes; escolas

**SUMÁRIO**

Introdução	4
Fundamentação teórica	6
Método	11
Resultados e discussão	13
Considerações finais	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	33
ANEXOS	36

## 1 Introdução

A educação sexual nas escolas contribui de forma positiva para a vida dos adolescentes nos aspectos pessoal e social; ajudando os alunos a desenvolverem habilidades e valores éticos, assim os capacitando a tomar decisões de forma saudável e respeitosa. Existe, entretanto, certa resistência em trabalhar temas relacionados à saúde sexual em âmbito escolar, graças a estigmas sociais e concepções retrógradas que limitam o diálogo e a abordagem desses assuntos (SILVEIRA, 2024).

Nesse contexto, a base nacional comum curricular (BNCC) incorporou à sua matriz de conteúdo temas como infecções sexualmente transmissíveis (IST), métodos contraceptivos e sexualidade, tornando obrigatória a sua abordagem no processo educacional brasileiro. Contudo, a ausência de políticas públicas e de legislações específicas que direcionassem o tratamento desses assuntos nas escolas trouxe fragilidade e falta de uniformidade, corroborando com o crescimento de discursos contrários à inclusão dessas temáticas no currículo dos alunos. Nesse sentido, nota-se a necessidade de implementação de planos nacionais de educação, que incentivem e orientem o diálogo acerca da educação sexual nas escolas promovendo mais respeito, diversidade e prevenção da violência (BRASIL, 2017; CASSIAVILLANI, 2022).

A escola se torna um espaço fundamental para a transmissão de informações seguras e esclarecimento de dúvidas, o que reafirma o papel dos professores no processo de aprendizagem dos temas de educação sexual. O educador é, muitas vezes, quem informa e orienta a prática sexual segura, o que reafirma a necessidade de preparação pedagógica adequada dos educadores, de forma a capacitá-los a lidar com o assunto de forma responsável e eficaz (MATÃO, 2019).

A adolescência é uma fase marcada por profundas mudanças e transformações inerentes ao processo de amadurecimento humano. É nesse período que ocorre o amadurecimento hormonal, assim como o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários e a construção de identidade e da sexualidade de cada indivíduo (LOURENÇO, 2010). Estas duas últimas que, por sua vez, são formadas por um conjunto de experiências, eventos, sentimentos e concepções individuais e coletivas, que vão além do ato sexual, abrangendo aspectos biológicos, mas também sociais (identidade de gênero, orientação sexual e reprodução), e religiosos (BRABO, 2023).

Sabe-se que o desconhecimento a respeito das IST e do uso correto dos métodos de prevenção e/ou métodos contraceptivos ajuda a propagar o comportamento sexual de risco. Por conseguinte, no Brasil, onde ainda há resistência à abordagem de temas relacionados à educação sexual, nota-se, por exemplo, uma alta incidência de gestação na adolescência - 2,1/1000 e 42,7/1000 taxas de natalidade de adolescentes de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos respectivamente (MS, 2023). Isso reforça a necessidade de se orientar os jovens dessa faixa etária quanto ao impacto que o comportamento sexual de risco pode gerar em suas vidas (MIRANDA, 2024).

Assim, tornam-se indispensáveis intervenções educacionais que busquem a promoção da saúde sexual e reprodutiva, com foco na capacitação dos professores, estruturação de um projeto educacional eficaz no tratamento dos temas de educação sexual e sexualidade, criando um ambiente adequado capaz de fornecer informações seguras aos adolescentes (FURLANETTO, 2016). Diante disso, a presente pesquisa busca investigar o nível de capacitação dos professores na promoção da saúde e educação sexual nas escolas públicas do Distrito Federal.

### **Objetivo geral**

Investigar a capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal.

### **Objetivos específicos**

- Conhecer o perfil sociodemográfico dos professores responsáveis pela promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas;
- Conhecer a perspectiva dos professores sobre a importância e finalidade da educação sexual nas escolas;
- Investigar a capacitação, formação científica e pedagógica dos professores sobre educação sexual e sexualidade;
- Investigar a abordagem e as metodologias utilizadas na promoção de saúde e educação sexual;
- Investigar o conhecimento dos professores acerca da sexualidade dos adolescentes;

## 2 Fundamentação teórica

A educação sexual é fundamental na formação dos jovens, pois impacta diretamente a estrutura biopsicossocial de cada indivíduo e a escola assume um papel de agente direto desse processo. Ademais, as instituições de ensino devem se preocupar em tratar os diversos temas a respeito da saúde sexual, no intuito de desenvolver as habilidades e valores éticos acerca da sexualidade e da educação sexual, embasada no respeito às diferenças, ao outro e a si mesmo (SILVA, 2023).

A educação sexual nas instituições educacionais, no entanto, enfrenta desafios como os estigmas sociais e concepções retrógradas de algumas famílias, que limitam o diálogo a respeito dos principais temas de saúde sexual. Muitas famílias ainda consideram o tema de saúde sexual um tabu e, por vezes, acreditam que o tema não deve ser endereçado em ambiente acadêmico, enquanto, outras famílias evitam debatê-lo no contexto domiciliar, deixando para as escolas a missão de educar os jovens quanto a esse importante assunto. Outros desafios são a falta de preparação dos educadores, que, geralmente, não recebem treinamento adequado para tratar questões de sexualidade e identidade de gênero, por exemplo. Nesse sentido, muitos professores recorrem a uma abordagem sistematizada e muitas vezes com vocabulários inacessíveis, que são ineficazes na transmissão de conteúdo aos adolescentes (BITTENCOURT, 2024).

Com o intuito de direcionar o diálogo acerca da educação sexual, a BNCC tornou obrigatória a abordagem dos temas de infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e sexualidade nas escolas, uma vez que os incorporou à sua matriz de conteúdos (BRASIL, 2017). Essa medida tinha como objetivo garantir aos jovens acesso a informações fidedignas acerca dos temas, orientando a prática sexual segura e tentando evitar as altas taxas de gestações na adolescência e a propagação de ISTs (BITTENCOURT, 2024).

As escolas, todavia, se tornaram palco de uma série de embates políticos/ideológicos de uma parcela mais conservadora da população que defendia um discurso contrário à inclusão desses temas nas escolas. Ademais, não houve políticas públicas que direcionassem o tratamento desses temas em sala de aula, gerando um cenário de fragilidade e pouca padronização, o que corroborou com os questionamentos

acerca da real eficácia de se abordar esses temas no contexto acadêmico (CASSIAVILLANI, 2023).

Dessa forma, percebe-se a importância da estruturação de projetos educacionais em âmbito nacional, que se formem a partir de programas - como o Programa Saúde nas Escolas (PSE) -, a fim de se promover saúde sexual para crianças e adolescentes. Esses projetos devem considerar a composição de uma equipe multidisciplinar, devidamente capacitada para lidar com as mais diversas questões ligadas à promoção da educação sexual nas escolas. Essas políticas devem envolver o corpo docente da escola (não apenas os professores de ciências/biologia), uma vez que interdisciplinaridade se mostrou eficaz na promoção do conhecimento de forma respeitosa, aprimorando a aprendizagem dos alunos e, assim, melhorando a qualidade de vida desses jovens (SILVA, 2023).

Dessa forma, percebe-se que as escolas desempenham um espaço fundamental para transmitir informações seguras e promover esclarecimentos sobre a saúde sexual. Elas constituem um espaço de construção da ética e da moral dos alunos, moldando os preceitos que estes recebem de suas famílias e da comunidade em que estão inseridos. Por conseguinte, a escola deve servir como um ambiente seguro que promova o respeito mútuo entre os indivíduos de diferentes gêneros e orientações sexuais, ao passo que se promova acolhimento e segurança a uma maior parte dos jovens, ajudando a reduzir o preconceito e a discriminação que ainda são muito presentes na abordagem desses temas (VILARDAGA, 2024).

O corpo docente é um agente direto no processo da educação sexual, o que reafirma a necessidade de preparação pedagógica e científica dos educadores, para que os diferentes temas sejam abordados de forma adequada e inclusiva. Todavia, o que se percebe é que muitos dos professores não recebem treinamento adequado e específico no tratamento da educação sexual, gerando lacunas de aprendizado. Esse processo é, portanto, embasado em uma abordagem tradicional e ineficiente, limitada às disciplinas de ciências e com enfoque puramente biológico, que pode distanciar os adolescentes do conhecimento seguro e das informações pertinentes (BITTENCOURT, 2024).

Adolescência que pode ser entendida como fase crítica do processo de crescimento e desenvolvimento de cada indivíduo, sendo caracterizada por mudanças nos aspectos físicos, psíquicos e sociais. A puberdade ocorre durante a adolescência e é

o período de amadurecimento do corpo e dos caracteres sexuais de cada indivíduo, sendo decorre das modificações hormonais inerentes a esse período. A maturação hipotalâmica cursa com secreção pulsátil do hormônio liberador de gonadotrofinas (GnRH), que é o marco inicial da puberdade, estimulando a hipófise a liberar os hormônios luteinizante (LH) e folículo-estimulante (FSH), que por sua vez, estimulam as gônadas a produzirem hormônios sexuais como testosterona, estrogênios e progesterona. Ademais, na puberdade ocorre também o aumento da produção de outros sinalizadores endógenos como o hormônio do crescimento (GH) e o cortisol, que, juntamente com os hormônios sexuais, agem diretamente no processo de amadurecimento do corpo dos jovens e desenvolvimento de caracteres sexuais secundários. De forma conjunta, essas mudanças endocrinológicas servem de base para a construção da identidade e da sexualidade dos adolescentes (LOURENÇO, 2010).

A vivência da sexualidade e o processo de formação de identidade são únicos para cada indivíduo, sendo influenciados por marcadores sociais diversos como: gênero; geração; capacidade financeira; e cor/etnia/raça. A heterogeneidade desses fenômenos permeia a transição da juventude para a vida adulta e depende da forma com que os jovens interagem com a sociedade e suas instituições (família, escola, grupo de colegas, ambientes religiosos, mídias digitais, entre outros). Essas instituições são responsáveis por criar e desenvolver as normas e regras que embasam os comportamentos e valores a respeito do gênero e da sexualidade (CABRAL, 2024).

O início da vida sexual geralmente se dá durante a adolescência, fato que reforça a necessidade de esclarecimentos pertinentes acerca do comportamento sexual seguro. Isso é evidenciado pela Pesquisa Nacional de Saúde do Adolescente (PeNSE) de 2019, que mostrou que cerca de 35% dos alunos do 9º ano já haviam passado por sua primeira experiência sexual. Ademais, sabe-se que a falta de informações a respeito das ISTs, dos métodos contraceptivos e da reprodução, pode fragilizar ainda mais um contexto já bastante vulnerável. Nesse contexto, a PeNSE mostrou que cerca de 80% dos alunos já teriam recebido orientações sobre as IST, enquanto cerca de 75% dos estudantes já teriam sido informado quanto a gravidez na adolescência e seus impactos na vida dos alunos e, ainda, que apenas 67% dos entrevistados tinham sido orientado de como obter os métodos contraceptivos e utilizá-los (IBGE, 2019).

Entre as infecções sexualmente transmissíveis virais, a mais prevalente é a herpes genital, enquanto a que pode acarretar mais impacto na vida do indivíduo é a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) - causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA). O tratamento de ambas as infecções não elimina totalmente os agentes etiológicos, mas os avanços medicinais possibilitaram esquemas de tratamento que impossibilitam a transmissão sexual do vírus e em alguns casos deixam a carga viral de pessoas vivendo com HIV (PvHIV) indetectável (NETO, 2021)

Das IST bacterianas, a que apresenta maior relevância clínica/social é a Sífilis, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. As manifestações clínicas da sífilis dependem da fase de evolução da doença no corpo do hospedeiro. A sífilis primária é marcada por uma úlcera única e indolor, que abriga grandes quantidades de treponema, capaz de contaminar parceiros sexuais, sendo a fase mais crítica para a transmissão da doença. O tratamento inadequado da sífilis primária pode levar a latência da bactéria no organismo humano, acarretando a sífilis secundária ou terciária, ou até mesmo a neuro sífilis. A espiroqueta em estado de latência apresenta um outro risco importante, que é a transmissão vertical para o feto de mães infectada, podendo causar impactos significativos como alterações musculoesqueléticas, surdez neurológica e atraso cognitivo (PONTES, 2024).

Pode-se inferir, portanto, que existe uma lacuna na transmissão de conhecimentos a respeito dos principais métodos contraceptivos o que fica evidenciado nas taxas de natalidade de adolescentes no Brasil - 2,1/1000 e 42,7/1000 para adolescentes de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos respectivamente. Pesquisas também mostram que, em 2022, 9% dos óbitos maternos no território brasileiro ocorreram em adolescentes, o que reforça a fragilidade dessas jovens e a necessidade de aprimorar a forma com que tratamos os temas de educação sexual nas escolas (MS, 2023). Dessa forma, percebe-se a necessidade de conscientizar as jovens quanto ao impacto significativo da gestação na adolescência na vida das alunas. Isso fica demonstrado em uma maior incidência de evasão escolar por parte de alunas que ficaram gestantes nesse período da vida, assim como a maior incidência de transtornos mentais e dificuldade de se estabelecer no mercado de trabalho (SILVA, 2024).

Ademais, o uso dos preservativos na primeira e na última relação sexual apresentou queda em quase todas as regiões do país quando comparamos dados da

PeNSE de 2015 com a de 2019, fato que reforça o entendimento de que a educação sexual nas escolas brasileiras ainda não se dá de forma eficiente e resolutiva (MS, 2023). A escolha do método contraceptivo deve ser individualizada, considerando aspectos clínicos/biológicos (como menarca, sexarca, pubarca, comorbidades, entre outros), comportamentos e preferências pessoais. O início do uso dos métodos contraceptivos deve ser imediato para garantir sua melhor eficácia e, portanto, é dever dos profissionais (encarregados da educação e os agentes de saúde pública) apresentar as mais diversas opções aos adolescentes, inclusive as que o sistema único de saúde (SUS) não disponibiliza, assim como orientar e reforçar a necessidade de prevenir as ISTs (FEBRASGO, 2025).

Os métodos hormonais, como os contraceptivos orais, a pílula do dia seguinte, os adesivos intradérmicos e alguns tipos de dispositivos intrauterinos (DIU) são muito utilizados como métodos contraceptivos para adolescentes. Eles têm a vantagem de mitigar alguns sintomas típicos da variação hormonal do ciclo menstrual feminino, como a cólica menstrual, tensão pré-menstrual e dismenorreia. Em contrapartida os métodos hormonais são contraindicados em pacientes com histórico familiar de câncer de mama ou ovário, por exemplo, e estão relacionados a uma maior incidência de acometimentos cardiovasculares. Eles também não oferecem proteção contra as infecções sexualmente transmissíveis (FEBRASGO, 2025).

A contracepção não hormonal, compreende métodos como a tabela de Ogino-Knauss, o coito interrompido, o dispositivo intrauterino de cobre e os métodos de barreira. O exemplo mais ilustre dos métodos de barreira é o preservativo masculino, que apresenta a melhor eficácia na prevenção da concepção e, ademais, serve de proteção contra a propagação de ISTs, sendo o método contraceptivo de maior relevância para a saúde pública. Nesse sentido, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que facilitem o seu acesso e disseminem o seu correto uso (FIGUEIREDO, 2025).

Os jovens mais instruídos sobre sexualidade apresentam menor propensão a comportamentos sexuais de risco, assim como capacidade de escolha aprimorada, sendo capazes de exercer sua sexualidade de forma mais satisfatória e saudável (TELES, 2024). Dessa forma, a promoção da saúde sexual entre adolescentes deve ser embasada em intervenções educacionais estruturadas, a fim de garantir um espaço seguro onde

os jovens se sintam à vontade para se expressar e vivenciar esse complexo período de transição à vida adulta de forma mais suave e menos impactante. Por conseguinte, faz-se necessária a capacitação adequada dos educadores e a implementação de projetos pedagógicos bem elaborados, com o intuito de consolidar valores e atitudes responsáveis frente à sexualidade, garantindo autonomia para a tomada de decisões seguras (BITTENCOURT, 2024).

### **3 Método**

Trata-se de estudo de campo, transversal, exploratório, descritivo que visa investigar a capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas públicas do DF.

O Distrito Federal é uma unidade federativa dividida em 35 Regiões Administrativas. Cada uma das RA tem suas próprias características físico-territoriais, populacionais, político-institucionais e socioculturais, tendo papel fundamental no processo de composição da identidade da população de todo Distrito Federal. Nesse sentido, cada região administrativa é encarregada de estruturar os serviços de educação e saúde, sendo, portanto, as principais responsáveis de garantir que as escolas do DF abordem todos os conteúdos preconizados na BNCC, incluindo os tópicos relacionados à saúde sexual (COSTA, 2012).

Para seleção da amostra, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: professores do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), responsáveis por ministrar aulas de educação sexual (conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular). Foram excluídos os docentes que não aceitaram participar da pesquisa e os que desmarcaram a entrevista ou cancelaram após cinco tentativas.

A coleta de dados foi realizada no período de abril de 2025 a junho de 2025, através da aplicação de um questionário estruturado, validado, contendo 39 questões, sendo 37 fechadas e 02 abertas (anexo). Cabe ressaltar que este questionário faz parte do repositório da Universidade de Lisboa, e foi traduzido e modificado. A aplicação do questionário ocorreu após contato prévio com a direção das escolas, onde foi realizada apresentação da proposta da pesquisa, evidenciando sua importância, relevância e objetivos. Após concordância por parte da direção das escolas, os professores

responsáveis por ministrar aulas de educação sexual, foram abordados no ambiente escolar em um momento previamente agendado pela direção.

Neste encontro foi realizado o convite para a participação na pesquisa, aos professores, após a apresentação da proposta e esclarecimento dos objetivos. Aos professores que aceitaram participar da pesquisa, foi apresentada a opção de responder ao questionário imediatamente, ou realizar agendamento, a depender da disponibilidade e voluntariedade de cada um. Cabe ressaltar que, a aplicação do questionário foi realizada com o auxílio do pesquisador. Juntamente com o questionário foi empregado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (anexo).

A aplicação do instrumento de pesquisa, foi empregada em 23 escolas de ensino fundamental II distribuídas em diferentes Regiões Administrativas (RA) que compõe o Distrito Federal: Candangolândia (CEF 1 - Candangolândia); Ceilândia (CEF - 10 Ceilândia); Cruzeiro (CEF - Cruzeiro); Gama (CEF - 1 Gama); Itapoã (CED - 1 Itapoã); Lago Norte (CEF 1 - Lago Norte); Paranoá (CEF 2 - Paranoá); Plano Piloto (CED - Giso; CEF 1 - Brasília; CEF 6 - Brasília; CEF - 102 Norte; CEF - 104 Norte); Núcleo Bandeirante (CEF 1 - Núcleo Bandeirante) Samambaia (CEF 120- Samambaia; CEF 312 - Samambaia; CEF 411 - Samambaia); Santa Maria (CEF 201 - Santa Maria); São Sebastião (CEF Bosque - São Sebastião); Sobradinho (CEF 1 - Sobradinho); Riacho Fundo (CED 2 - Riacho Fundo); Taguatinga (CEF 03 - Taguatinga; CEF 11 - Taguatinga); e Vila Planalto (CEF 1 - Planalto). A escolha de escolas presentes em diferentes regiões administrativas, buscou obter uma avaliação mais representativa do Distrito Federal.

As variáveis abordadas envolveram aspectos sociodemográficos como sexo, idade, estado civil, religião, formação acadêmica e situação profissional (contratado ou concursado). Outras variáveis foram a perspectiva dos professores sobre a importância e finalidade da educação sexual nas escolas, a capacitação, formação científica e pedagógica para abordagem do tema e o conhecimento acerca da sexualidade dos adolescentes.

Todos os dados da presente pesquisa são apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação dos participantes da pesquisa, obedecendo as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na Res. CNS número 466/12, e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e confidencialidade dos dados coletados.

#### 4 Resultados e discussão

A educação sexual nas escolas é fundamental para orientar os jovens sobre saúde sexual e reprodutiva, porém, sua abordagem ainda é limitada por estigmas sociais que restringem o ensino desses conteúdos de formas superficiais. Muitos pais possuem entraves para discutir o tema, tornando a escola o principal espaço para o aprendizado e os professores, os principais agentes desse conhecimento. Com o objetivo de que exerçam tal função de forma efetiva, é de suma importância que recebam capacitação apropriada e utilizem métodos pedagógicos adequados. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclua temas como infecções sexualmente transmissíveis (IST), métodos contraceptivos e sexualidade no ensino fundamental, a efetividade desse ensino depende diretamente da formação, segurança e preparo dos docentes para lidar com o assunto.

A adolescência é uma fase marcada por transformações biopsicossociais e pela estruturação da identidade, e por isso, os jovens estão mais vulneráveis a riscos como ISTs e gravidez precoce. Dessa forma, professores treinados exercem principalmente, um papel preventivo, oferecendo informações corretas e orientação sobre dupla proteção — prevenção de infecções e contracepção. Com o objetivo de garantir que a educação sexual cumpra sua função social e preventiva, faz-se necessário compreender a perspectiva dos professores sobre a importância e a finalidade do tema, investigar sua capacitação científica e pedagógica, e identificar quais metodologias e abordagens são utilizadas na promoção de saúde e educação sexual, assim como seu conhecimento acerca da sexualidade dos adolescentes.

Nossa pesquisa reuniu a participação de 37 docentes, e a tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfico destes professores, importante para contextualizar sua atuação, formação ou nas condições de trabalho que possam impactar a qualidade da educação sexual oferecida.

**Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos professores responsáveis por ministrar aulas de educação sexual á adolescentes (n=37)**

Caracterização sociodemográfico			
Idade (média±DP/mediana)	39,3 ±8,5 anos	39 anos	
Variáveis	Discriminação	n	%
Sexo	Feminina	18	48,65
	Masculina	19	51,35
Estado civil	Solteiro	20	54,05
	Casado	17	45,95
	Viúvo	0	0
	Divorciado	0	0
	União estável	0	0
	Não respondeu	0	0
	Religião	Católico	15
	Evangélico	6	16,22
	Espírita	4	10,81
	Ateu	4	10,81
	Outras	8	21,62
Formação acadêmica*	Licenciatura	21	56,75
	Especialização	18	48,65
	Bacharelado	11	29,73
	Mestrado	4	10,81
	Doutorado	2	5,41
	Outras	0	0
Situação profissional	Contratado	20	54,05
	Concursado	17	45,85
Tempo de exercício profissional	Até 5 anos	8	21,62
	6 a 10 anos	10	27,02
	11 a 15 anos	6	16,22
	16 a 19 anos	3	8,11
	20 a 25 anos	4	10,81
	>25 anos	6	16,22

\*Mais de uma formação acadêmica

O grupo de professores entrevistados mostrou um equilíbrio de gênero, indicando uma tendência de participação equilibrada de homens e mulheres no magistério. Esse resultado está em sintonia com as mudanças vistas no cenário educacional brasileiro, em que, apesar da tradicional predominância feminina na profissão, observa-se uma entrada progressiva de profissionais do sexo masculino, de acordo com dados recentes do INEP (2023).

A média de idade dos participantes indicou que a maioria dos docentes está em plena fase de maturidade. Esse ponto é importante porque indica uma carreira sólida no exercício da docência, o que contribui para a estabilidade pedagógica e o domínio de práticas educacionais. Nóvoa (1995) enfatiza que o desenvolvimento profissional dos professores está diretamente ligado à acumulação de experiências e ao constante aperfeiçoamento da prática docente ao longo dos anos.

Pesquisas recentes sugerem que o estado civil pode afetar a forma como os professores tratam assuntos ligados à sexualidade, especialmente quando esses temas incluem discussões sobre relacionamentos, prevenção e saúde sexual. De acordo com Furlanetto et al. (2016) e Matão (2019), docentes casados costumam associar a sexualidade a relacionamentos duradouros, enquanto os solteiros mostram mais disposição para discutir tópicos ligados à iniciação sexual e variedade de experiências. No entanto, essas diferenças não devem ser vistas como fatores determinantes, mas como nuances que podem influenciar o discurso e as estratégias pedagógicas.

Ademais, conforme Souza et al. (2023), o entendimento do perfil sociodemográfico dos professores é considerado essencial, com o objetivo de incluir projetos de capacitação que levem em consideração esses fatores, garantindo que todos os docentes — independentemente do estado civil — se sintam aptos a abordar a educação sexual de forma abrangente, isentas de preconceitos e em conformidade com as necessidades dos adolescentes. Por meio dessa análise, podemos identificar potenciais vieses culturais e pessoais que podem interferir na qualidade e na profundidade da abordagem do tema em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes.

Foi observada uma vasta diversidade religiosa entre os participantes, fato que revela a variedade na composição da cultura brasileira. Apesar da predominância das crenças do Catolicismo e religião Evangélica, a presença conjunta de diversas religiões, corrobora a importância da prática pedagógica laica com respeito à pluralidade. Conforme descrito por Silva e Carvalho (2012), a coexistência de diferentes religiosidades em âmbito escolar, promove desafios para que os educadores adotem posturas focadas no diálogo, ética e inclusão, que abordem principalmente, o respeito às heterogeneidades como um princípio formativo essencial.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), é mandatória a formação adequada e continuada para os profissionais da educação, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino. Tal lei está em consonância com a presente pesquisa, que revelou de forma majoritária a formação em licenciatura e pós-graduação, sugerindo a presente busca pela qualificação contínua, fatores determinantes para o exercício competente da docência.

O tempo de serviço apontado pelos professores, revelou uma vasta gama de tempo dedicado na área, contando tanto com profissionais iniciantes, quanto com mestres com um longo período de magistrado. A presença de experiências variadas demonstra uma possibilidade de aprendizado de ambas as partes e trocas de conhecimentos tanto advindos da prática quanto da teoria. Tardif (2014) destaca que os saberes docentes são construídos na intersecção entre a formação acadêmica, a experiência profissional e as condições de trabalho, sendo fundamentais para construção de identidades profissionais sólidas.

O corpo docente abrange um vasto perfil sociodemográfico, fato que aponta para os desafios e complexidade das experiências que giram em torno da profissão, sobretudo a opinião dos professores sobre a importância e finalidade da educação sexual nas escolas apresentados na tabela 2.

**Tabela 2 - Importância e finalidade da educação sexual nas escolas, segundo os professores**

Importância e finalidade da educação sexual nas escolas (n=37)			
Questões	Discriminação	n	%
O projeto educativo da sua escola contempla a educação sexual?	Sim	19	51,35
	Não	16	43,24
	Não sei	2	5,41
Na sua opinião, qual a importância que a educação sexual deve ter no currículo escolar?	Muito importante	36	97,3
	Importante	1	2,7
Na sua opinião, a educação sexual em meio escolar serve para*	Fornecer mais informações	37	100
	Esclarecer dúvidas	36	97,3
	Melhorar o relacionamento afetivo-sexual dos jovens	18	48,65

Reduzir as consequências de comportamentos sexuais de risco	35	94,59
Promover igualdade entre os sexos	20	54,05
Fomentar a participação das famílias nas atividades escolares	19	51,35
Promover Saúde	32	86,49
Não concordo com a educação sexual nas escolas	0	0

\*Mais de uma resposta

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina que sejam aplicadas nas escolas competências ligadas à saúde, aos direitos humanos e à diversidade, de forma que educação sexual seja considerada uma matéria fundamental para a formação continuada dos estudantes (BRASIL, 2017). De acordo com os dados coletados pela pesquisa, apesar de prevista pela BNCC nos projetos pedagógicos das escolas, muitas ainda não abordam efetivamente o tempo, fator que revela o descumprimento das diretrizes educacionais nacionais.

A importância da educação sexual no currículo escolar é reconhecida pela maioria dos participantes da pesquisa, fator que a promove como ferramenta educativa fundamental. Essa percepção positiva está em consonância com Heilborn et al. (2009), que defendem a educação sexual como um instrumento de promoção da saúde, do respeito às diferenças e da autonomia corporal, especialmente no contexto da adolescência.

Conforme descrito pelos autores Habib e Silva (2015), é de suma importância a existência de uma educação sexual emancipatória, que abrange o diálogo, à escuta e à construção de valores éticos nas relações interpessoais. Tal literatura reverbera as respostas supracitadas pelos professores, que ao demonstrarem uma compreensão ampla e consistente sobre seu papel de formação, enxergam a educação sexual como uma estratégia eficaz de prevenção de comportamentos de risco, promoção de saúde e esclarecimento de dúvidas.

Outros aspectos que perpassam os fatores imbricados de forma direta à saúde, os participantes apontaram aspectos sociais da educação sexual, como a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento da participação familiar. Tais situações são consideradas importantes para uma formação crítica e inclusiva da sexualidade, conforme propõe Louro (2004), ao enfatizar que a educação sexual deve contribuir para

a desconstrução de estereótipos e para o respeito à diversidade de identidades e orientações sexuais.

Esses achados corroboram para a necessidade de implantação de políticas públicas, que pode ser realizada mediante formação continuada dos docentes nessa área, do direcionamento de verbas e de subsídios teóricos e metodológicos para que possam atuar com segurança e eficácia. A abordagem de forma efetiva e implementação da educação sexual nos currículos escolares depende, portanto, de um esforço articulado entre escolas, famílias, sistema de ensino e sociedade civil.

A partir desse reconhecimento da relevância e das múltiplas funções atribuídas à educação sexual no ambiente escolar, torna-se imprescindível investigar a capacitação dos professores (tabela 3) para o enfrentamento desse tema, avaliando como sua formação inicial e continuada contribuem para a efetividade das práticas pedagógicas voltadas à sexualidade.

**Tabela 3 - Caracterização da capacitação dos professores (n=37)**

Caracterização da capacitação dos professores			
Questões	Discriminação	n	%
Ao longo de seu percurso acadêmico, você já recebeu formação específica na área da educação sexual ou sexualidade?	Sim	16	43,24
	Não	21	56,76
Como você avalia a sua formação de educação sexual (independentemente de tê-la recebido em um contexto formal ou informal)	Péssima	0	-
	Ruim	1	2,7
	Razoável	5	13,51
	Boa	22	59,46
	Excelente	9	24,33
Nos últimos três anos, você frequentou alguma formação específica na área da educação sexual/sexualidade?	Sim	5	29,41
	Não	32	86,48
Nos últimos três anos coordenou e/ou participou, na sua escola, em projetos/sessões onde foram abordados temas de educação sexual?	Sim	19	51,35
	Não	18	48,65
Cargo que exerce*	Professor	37	100
	Coordenação	2	5,41

\*Mais de uma resposta

A presença de déficits na formação de professores no âmbito da educação sexual na educação básica, influencia no preparo para atender às demandas escolares (SILVA; SOUZA, 2022). A escassez de produções acadêmicas sobre práticas efetivas de formação docente também é apontada, assim como a perpetuação de práticas pedagógicas heteronormativas devido à falta de preparo (COSTA; ALMEIDA, 2021). Iniciativas de formação continuada têm mostrado resultados positivos ao promover reflexão crítica entre os professores (FERREIRA; LIMA, 2023). Dessa forma, é importante integrar a educação sexual de forma transversal nos currículos das licenciaturas para garantir uma atuação pedagógica inclusiva e atualizada.

Apesar das formações estruturadas serem, muitas vezes, incompletas, é possível observar que muitos professores entrevistados avaliam positivamente sua própria preparação, o que pode indicar a construção de conhecimentos por vias informais, pela busca autônoma de capacitação, ou ainda uma autoavaliação comprometida/inadequada da qualidade do seu conhecimento sobre o tema. Dessa forma, Freire (1996) revelou que o docente é também um sujeito em constante formação, cuja prática se constrói e se fortalece no exercício cotidiano da profissão.

Nesse sentido, a autoavaliação positiva por parte dos docentes pode estar relacionada à exaltação das experiências práticas vivenciadas, em detrimento do aprendizado formal. No entanto, como alerta Barbosa (2016), confiar apenas na prática empírica e no autodidatismo pode não ser suficiente para garantir uma abordagem científica, ética e pedagógica adequada sobre a sexualidade, especialmente em contextos escolares marcados por desigualdades sociais, religiosas e culturais. A ausência de programas contínuos de capacitação compromete a qualidade e a abrangência das ações educativas, limitando o alcance da educação sexual a iniciativas pontuais ou individuais. A ausência de formação específica na área da educação sexual/sexualidade recentes, entre os docentes entrevistados, endossa essa preocupação.

Outra informação relevante apontada por esta pesquisa, diz respeito à restrição das ações educativas voltadas quase exclusivamente para os alunos das turmas diretamente lecionadas pelos professores. Tal informação aponta para uma centralização na sala de aula e em detrimento a comunidade escolar mais ampla.

Conforme Vieira e Camargo (2009), a educação sexual só se torna emancipadora quando envolve todos os atores da comunidade educativa — professores, gestores, famílias e estudantes — de maneira integrada e participativa.

Outro aspecto que devemos ressaltar é a importância da participação fundamental de famílias e outros educadores nos projetos ou atividades escolares voltados à sexualidade. Para uma formação efetiva, é necessário romper com os tabus e promover um diálogo aberto e coletivo sobre o tema. Como reforça Silva (2012), é fundamental que a educação sexual ultrapasse os muros da sala de aula e se estabeleça como uma proposta pedagógica institucional, legitimada por políticas públicas, formação docente e envolvimento comunitário.

Dessa forma, urge a necessidade de ampliação da formação inicial e continuada dos professores, garantindo espaços de estudo, reflexão e compartilhamento de experiências relacionados ao tema. É de suma importância a compreensão de que educação sexual, quando tratada de forma crítica e respeitosa, contribui tanto para o desenvolvimento saudável dos alunos, quanto para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

Diante dos desafios apontados na formação docente e na necessidade de ampliar a capacitação, torna-se fundamental também compreender o nível de conhecimento dos professores acerca da sexualidade dos alunos (tabela 4), buscando identificar como suas percepções influenciam as práticas pedagógicas e o ambiente escolar como um todo.

**Tabela 4 - Conhecimento dos professores acerca da sexualidade dos adolescentes (n=37)**

Questões	Discriminação	n	%
Como você avalia a aptidão dos professores em geral, ao abordarem temas de sexualidade?	Muito aptos	4	10,81
	Aptos	18	48,65
	Pouco aptos	14	37,84
	Nada aptos	2	5,41
Sente dificuldade/constrangimento em abordar, nas aulas, temas no âmbito da educação sexual?	Sim	27	72,97
	não	10	27,03
Na sua opinião, com que idade tem início a sexualidade dos meninos	Pré-natal	2	5,41
	Infância	22	59,45
	Adolescência	13	35,14
	Idade adulta	0	-

Na sua opinião, com que idade tem início a sexualidade das meninas	Pré-natal	2	5,41
	Infância	24	64,86
	Adolescência	11	29,73
	Idade adulta	0	-
Na sua opinião, em que locais e com que pessoas familiares os jovens normalmente procuram para se informar sobre temas ligados à sexualidade?*	Primos	26	70,27
	Irmãos	20	54,05
	Pais	5	13,51
	Outros	4	10,81
Na sua opinião, que pessoas os jovens normalmente procuram na escola para se informar sobre temas ligados à sexualidade?*	Professores	28	75,68
	Colegas	36	97,3
	Direção	1	2,7
Na sua opinião, os jovens normalmente procuram o serviço de saúde/internet para se informar sobre temas ligados à sexualidade?*	Serviços de saúde	0	-
	Internet	37	100
Na sua opinião, na maioria dos casos, quando os jovens têm relação sexuais:*	Tem relações sexuais quando um deles insiste muito	25	67,57
	o menino que toma a iniciativa	21	56,76
	a menina que toma a iniciativa	10	27,03
	Decidem os dois quando se sentem prontos	7	18,92
	Outras situações	2	5,41
Na sua opinião, a maioria dos jovens tem sua primeira relação sexual sobretudo porque:*	Querem experimentar	34	91,89
	Não querem que o(a) parceiro(a) fique zangada ou o(a) ou o abandonem	29	78,38
	Arranjaram um(a) namorado(a) mais velho(a)	29	78,38
	Já namoram há muito tempo	13	35,14
	Aconteceu ao acaso	13	35,14

\*Mais de uma resposta

Apesar de muitos professores terem relatado em pesquisa que não tiveram formação adequada sobre os temas relacionados à sexualidade, quase a metade dos participantes se consideraram aptos para abordá-lo, mesmo que, em contrapartida, tenham ressaltado dificuldades e constrangimentos no momento de tal atividade. Uma

pesquisa recente realizada por Silva e Nogueira (2023) analisou a formação continuada de professores/as frente às demandas da educação sexual. Os resultados indicaram que, embora muitos educadores reconheçam a importância da educação sexual e busquem abordá-la em sala de aula, muitos se sentem despreparados devido à falta de formação específica. Essa discrepância entre a percepção de competência e a realidade formativa pode contribuir para sentimento de insegurança e constrangimento ao tratar do tema com os alunos.

Nas últimas décadas, as discussões acerca da sexualidade humana vêm ampliando a compreensão sobre o início da sexualidade humana, acompanhando transformações no campo da psicologia do desenvolvimento, da educação sexual e das ciências biológicas. Tradicionalmente, há a compreensão de que a sexualidade se manifesta apenas na adolescência, com as transformações da puberdade. Porém, sabe-se que estudos atuais ligados a psicologia do desenvolvimento humano, revela que a construção da sexualidade ocorre desde a infância (LIMA; FÁVERO, 2011; MORAES; LIMA, 2021). Segundo Freud (1905), a sexualidade é uma dimensão do sujeito que se desenvolve desde os primeiros anos de vida, ainda que em formas distintas da sexualidade adulta, sendo influenciada por fatores psíquicos, sociais e culturais.

Embora haja diversos estudos sobre o assunto, observa-se que muitos educadores associam a sexualidade principalmente as mudanças físicas e hormonais da adolescência, mantendo uma visão biologicamente reducionista acerca do tema, o que pode limitar abordagens mais amplas e inclusivas (OLIVEIRA; VIEIRA, 2007; MARTINS; SILVA, 2023). Essa visão limitada pode influenciar negativamente na adoção de atividades educativas que considerem a sexualidade como parte intrínseca da identidade e das relações sociais desde a infância.

De acordo com a opinião dos docentes desta pesquisa, quando considerados o âmbito familiar, os jovens tendem a buscar mais informações sobre sexualidade principalmente com os irmãos e primos, quando comparado aos pais ou responsáveis. Essa dinâmica reflete tabus e estigmas imbricados nas relações familiares, o que compromete o diálogo aberto e a formação adequada dos jovens, que acabam buscando respostas entre pares ou em fontes externas, muitas vezes fontes pouco confiáveis ou inadequadas (FERREIRA; COSTA, 2019; SILVA; CABRAL, 2016).

Nosso achados revelam que embora os professores sejam reconhecidos como fontes fidedignas de conhecimento e transmissão de informações, os próprios acreditam que os jovens procurem preferencialmente os colegas no ambiente escolar, para se informar sobre temas ligados à sexualidade. A figura do educador, mesmo quando preparado, pode ser percebida como distante, especialmente quando a instituição não favorece um ambiente de abertura e confiança para tratar temas sensíveis como a sexualidade (RODRIGUES; GIAMI, 2015).

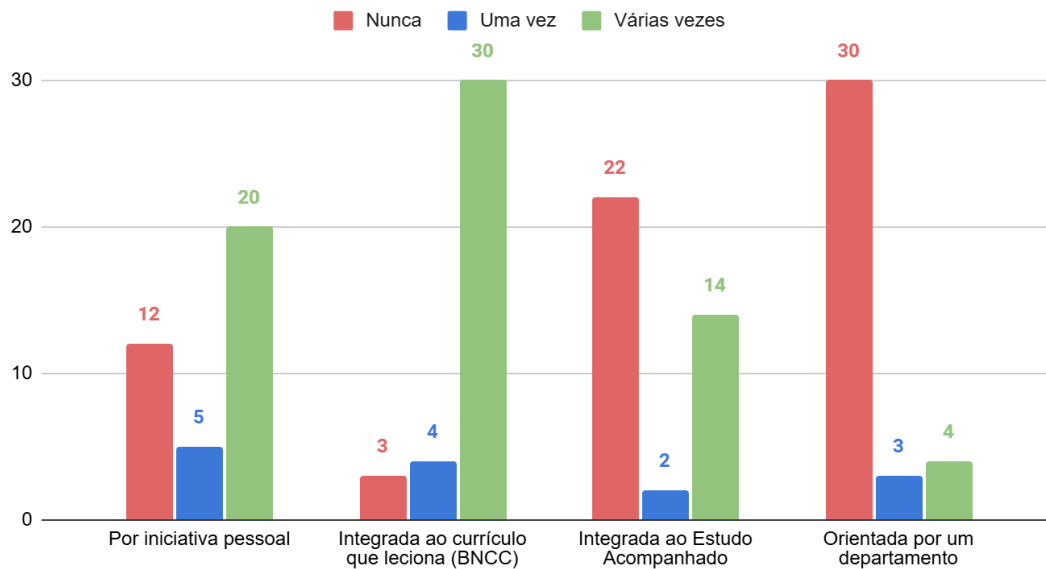
Outro aspecto relevante é a presente era da internet. Segundo os respondentes desta pesquisa, jovens tendem a buscar sites, muitas vezes advindos de fontes não formais, como sua principal fonte de informações sobre sexualidade. A facilidade de acesso, o anonimato e a grande variedade de conteúdos disponíveis tornam-na a fonte mais acessada, ainda que nem sempre contenha informações confiáveis ou adequadas à faixa etária dos usuários. Do mesmo modo, revelou-se uma ínfima busca por serviços de saúde como fonte de orientação, indicando um distanciamento preocupante entre os jovens e as instituições que deveriam oferecer suporte qualificado e seguro sobre o tema (OLIVEIRA et al., 2022).

Essas realidades evidenciam a necessidade urgente de repensar as estratégias de educação sexual, considerando a multiplicidade dos espaços de convivência dos jovens. Para tanto, a escola, a família, os serviços de saúde e as plataformas digitais precisam atuar de forma articulada, promovendo uma educação sexual ética, científica e acolhedora. É fundamental superar os preconceitos ainda presentes, construindo práticas e abordagens metodológicas diversas que demonstrem que a sexualidade é parte essencial do desenvolvimento humano desde a infância (ALMEIDA; ROCHA, 2024).

Nesse contexto, faz-se necessário, também, entender quem incentiva e motiva a abordagem dos temas de educação sexual nas escolas (Gráfico 1). Observou-se que, na maioria das vezes, a abordagem foi integrada ao currículo proposto pela BNCC, o que demonstra a importância de incluir esses temas na diretriz de conteúdo das escolas brasileiras. As abordagens orientadas por um departamento, entretanto, foram muito menos frequentes, mostrando a necessidade de se aprimorar a estrutura do tratamento desses assuntos em sala de aula.

Gráfico 1 - Distribuição da motivação da abordagem dos temas de educação sexual em meio escolar (n=37)

**A sua abordagem dos temas de educação sexual em meio escolar aconteceu:**



A abordagem da sexualidade no ambiente escolar, costuma ser recebida pelos professores e estudantes de forma positiva, quando conduzida de forma planejada, ética e pedagógica, promovendo ambientes de diálogo e construção de conhecimentos relevantes para o cotidiano escolar. A valorização desta temática por parte dos educadores contribui para a compreensão cada vez mais frequente de que a educação sexual não se restringe à prevenção de riscos, mas abrange aspectos relacionados à afetividade, identidade, respeito e direitos humanos (UNESCO, 2010).

Diversos autores destacam que, quando as ações educativas são realizadas com intencionalidade e fundamentação adequada, os efeitos no ambiente escolar ocorrem positivamente, promovendo a formação integral dos alunos e contribuindo para o fortalecimento da relação entre educadores e estudantes (MONTEIRO; VIEIRA, 2016). A experiência escolar relacionada à sexualidade, tende a ser percebida como significativa, especialmente quando rompe com modelos moralizantes ou restritivos e se alinha a práticas emancipadoras e dialógicas.

É importante destacar que, embora os professores tenham indicado as palestras como a principal metodologia utilizada nos projetos de educação sexual em que participaram — abrangendo temas como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gestação na adolescência —, tal estratégia, considerando-se estudantes do 6º ao 9º ano

do ensino fundamental, com idades entre 11 e 15 anos, não é reconhecida como a abordagem mais adequada. Estudos mostram que métodos passivos, como as palestras, tendem a apresentar menor eficácia em termos de engajamento, retenção do conteúdo e desenvolvimento de habilidades de tomada de decisão segura (ZHANG et al., 2019; KETO; TILAHUN; MAMO, 2020). Em contrapartida, abordagens interativas, como metodologias baseadas na resolução de problemas, caixas de perguntas, oficinas, atividades colaborativas e recursos digitais, apresentam resultados mais consistentes na promoção de conhecimentos sólidos, atitudes positivas e comportamentos sexuais saudáveis entre adolescentes (ZHANG et al., 2019; GONZÁLEZ et al., 2024).

Freire (1996) já afirmava que a prática educativa deve estar ancorada no respeito aos saberes dos alunos e no estímulo à reflexão crítica sobre a realidade. Nesse sentido, incluir a sexualidade como tema transversal favorece o desenvolvimento de uma educação mais crítica, inclusiva e sensível às demandas sociais e individuais dos sujeitos em formação.

Ainda que existam desafios na implementação dessas atividades - como a ausência de formação específica, resistência de setores conservadores ou insegurança dos próprios educadores -, a percepção positiva das vivências revela que há abertura para a continuidade e expansão dessas iniciativas (OLIVEIRA; VIEIRA, 2007). O resultado da pesquisa aqui realizada, corrobora a informação supracitada, revelando que 100% dos professores classificaram a ferramenta pedagógica como excelente, boa ou razoável e que esta foi de encontro à necessidade e ao interesse dos alunos.

Além disso, apesar de a temática educação sexual estar prevista pelo BNCC, muitos professores referiram que a abordagem desse tema ocorreu majoritariamente mediante a iniciativa pessoal e poucas vezes em decorrência da orientação do departamento escolar. Essas evidências sustentam a importância de ampliar projetos e políticas públicas que incentivem a inclusão da educação sexual nas escolas, respeitando as diretrizes curriculares e os princípios dos direitos humanos. O reconhecimento do valor dessas experiências, por parte dos próprios educadores, corrobora a necessidade de consolidar a sexualidade como um eixo estruturante da educação para a cidadania.

A implementação, de forma efetiva, da educação sexual nas escolas brasileiras enfrenta uma série de obstáculos que se unem de forma complexa entre dimensões estruturais e culturais. Entre os principais desafios apontados em estudos e nas

experiências relatadas pelos docentes participantes da pesquisa, destacam-se três eixos principais: a participação da família, a falta de apoio governamental e a insegurança dos professores para abordar o tema em sala de aula.

A ausência de diálogo sobre sexualidade no ambiente familiar se configura como um dos principais problemas referido pelos educadores. Quando esse tema não é abordado em casa, tende a ser envolto por tabus e desinformações que, por sua vez, repercutem negativamente nas ações educativas escolares. Como afirmam Ferreira e Cabral (2014), a escola muitas vezes ocupa um lugar de compensação da falta de orientação familiar, o que pode gerar tensões entre os conteúdos abordados em sala de aula e as crenças ou resistências de pais e responsáveis. A escassez de apoio das famílias pode causar constrangimento aos docentes e limitar a autonomia pedagógica, além de comprometer a recepção crítica dos estudantes à temática.

Outro desafio significativo é a fragilidade das políticas públicas voltadas à educação sexual. A ausência de diretrizes claras, formação continuada e materiais pedagógicos de qualidade compromete a institucionalização de práticas educativas consistentes. Segundo Monteiro e Vieira (2016), o apoio do poder público é fundamental para legitimar e fortalecer o trabalho docente, assegurando respaldo técnico, jurídico e ético às ações realizadas nas escolas. A articulação entre diferentes setores — como educação, saúde e assistência social — também é necessária para garantir uma abordagem intersetorial, baseada em evidências e socialmente validada (UNESCO, 2010).

Além disso, muitos professores relatam insegurança e receio ao tratar da sexualidade em sala de aula, o que pode ser atribuído à falta de formação específica, à pressão de setores conservadores e à ausência de suporte institucional. Essa insegurança tende a gerar autocensura e omissão de conteúdos, afetando diretamente o direito dos estudantes ao acesso à informação e à formação cidadã (OLIVEIRA; VIEIRA, 2007). Para Freire (1996), uma prática educativa emancipadora só é possível quando o educador atua com liberdade, consciência crítica e compromisso ético — aspectos que se tornam fragilizados em contextos de medo, julgamento e censura.

Outros fatores também merecem destaque, como a necessidade de uma formação docente continuada, fundamentada em conhecimento científico e sensível às questões de diversidade sexual e de gênero. A escola, como instituição pública e laica,

deve garantir um espaço onde diferentes identidades possam ser reconhecidas e respeitadas, independentemente de crenças individuais (LIMA; FÁVERO, 2011). Além disso, é essencial que os conteúdos sejam abordados de forma adequada à faixa etária, com recursos didáticos acessíveis que favoreçam a compreensão e naturalização do diálogo.

## **5 Considerações finais**

A educação sexual tem caráter fundamental na formação integral dos jovens estudantes, sendo capaz de contribuir para a promoção da saúde, prevenção de riscos como ISTs, gravidez indesejada e violência sexual, além de influenciar no desenvolvimento da autonomia.

Pode-se concluir da presente pesquisa que o corpo docente participante foi considerado bastante heterogêneo quanto à idade, gênero e religião. Tais diversidades poderiam influenciar nuances da abordagem relacionada ao tema, ressaltando-se, assim, a necessidade de práticas pedagógicas laicas, inclusivas e alinhadas à perspectiva científica e ética que permeiam a temática (ALMEIDA, 2021; ALMEIDA; ROCHA, 2024).

Apesar de muitos docentes se considerarem aptos para abordar o tema da educação sexual nas escolas, boa parte relatou não ter recebido formação científica nem cursos específicos ao longo da carreira docente. Podemos inferir que o aprendizado desses docentes ocorreu de forma autodidata ou baseada em experiências próprias, o que pode comprometer a qualidade científica, a atualização e o aprofundamento da temática. Dessa forma, faz-se fulcral a implementação de políticas de formação continuada que atendam a essas necessidades, ancoradas em embasamento científico e metodologias adequadas para cada faixa etária.

De acordo com os participantes da pesquisa, as palestras seriam a melhor metodologia para estudantes do ensino fundamental. Entretanto, estudos apontam que abordagens mais lúdicas, interativas e digitais apresentam maior eficácia no engajamento, aprendizado e estímulo ao pensamento crítico. Tais métodos também podem fortalecer a relação aluno-professor, diminuindo barreiras e aumentando a confiança para o esclarecimento de dúvidas.

Majoritariamente, os jovens tendem a procurar outros jovens para obter informações sobre sexualidade, sendo os irmãos ou primos as principais fontes no

ambiente familiar, e os colegas no escolar. Isso compromete a confiabilidade das informações, já que muitas vezes são baseadas em experiências próprias ou relatos não verificados. Ademais, a internet, embora possa ser fonte relevante, frequentemente apresenta conteúdos inadequados ou imprecisos (MENDES, 2022).

Outro fator importante é o distanciamento dos jovens dos serviços de saúde, o que indica fragilidade na articulação entre educação, saúde e família. Essa integração pode ser fortalecida por meio de atividades lúdicas e recursos audiovisuais conduzidos por profissionais da saúde no ambiente escolar, com demonstração de preservativos e outros métodos contraceptivos. Assim, políticas públicas devem promover ações conjuntas e integrativas entre saúde e educação (ROCHA, 2024).

Por fim, a consolidação da educação sexual como prática efetiva e transformadora exige não apenas o esforço isolado dos professores, mas o comprometimento coletivo entre escola, família, governo e sociedade civil (FREIRE, 1996). Como afirmam Silva e Cabral (2016), é preciso investir em políticas públicas consistentes, formações técnicas e estratégias pedagógicas centradas no estudante, garantindo acesso a informações seguras, éticas e libertadoras (SOUZA et al., 2023).

## REFERÊNCIAS

1. **ALMEIDA, T. R., et al.** Educação sexual inclusiva: desafios contemporâneos na escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, e290045, 2024. Disponível em: <https://www.exemplo.com/artigo>.
2. **BARBOSA, M. C.** Educação sexual na escola: desafios e possibilidades. *Revista Educação & Sociedade, Campinas*, v. 37, n. 135, p. 157-172, 2016.
3. **BITTENCOURT, G. G., et al.** Desafios e impactos da educação sexual nas escolas brasileiras. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 9, p. 2706–2724, 2024.
4. **BRABO, T. S. A. M. et al.** Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–21, 2019. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.13397.003.
5. **BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 07 ago. 2025.
6. **BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF*, 23 dez. 1996.
7. **BRASIL. Ministério da Saúde (MS).** Cenário da gravidez na adolescência: dados selecionados. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/cenario\\_gravidez\\_adolescencia\\_dados.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/cenario_gravidez_adolescencia_dados.pdf).
8. **CABRAL, C. S.** Juventudes, sexualidade e saúde: reflexões teóricas e metodológicas para a compreensão das trajetórias afetivo-sexuais. *Saúde & Sociedade, São Paulo*, v. 33, n. 1, e226265, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024226265>.
9. **CASSIAVILLANI, T. P., et al.** Educação Sexual: Uma Análise Sobre Legislação E Documentos Oficiais Brasileiros Em Diferentes Contextos Políticos. *Educação Em Revista*, 39, 2023 e39794. <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>.
10. **COSTA, J. P., et al.** Formação docente e práticas pedagógicas heteronormativas: desafios na educação sexual. *Revista de Educação Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 45-60, 2021.
11. **FEBRASGO – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.** Quais são os métodos contraceptivos mais adequados para adolescentes? *Notícias*, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/2034-quais-sao-os-metodos-contraceptivos-mais-adequados-para-adolescentes>.
12. **FERREIRA, A. P., et al.** Comunicação familiar sobre sexualidade: tabus e desafios. *Cadernos de Psicologia da Educação*, v. 17, n. 2, p. 123-137, 2019. Disponível em: <https://www.exemplo.com/artigo2>. Acesso em: 11 ago. 2025.
13. **FERREIRA, L. M., et al.** Avaliação de curso continuado em educação sexual para professores do ensino médio. *Revista Educação em Foco*, v. 19, n. 1, p. 88-102, 2023.
14. **FERREIRA, M. A., et al.** Educação sexual e relações familiares: desafios para a escola. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro*, v. 19, n. 56, p. 99-116, 2014.

15. **FIGUEIREDO, R. et al.** Métodos de barreira no Brasil – preservativo masculino (externo), feminino (interno) e diafragma para a contracepção e prevenção de IST. São Paulo: Instituto de Saúde – SES/SP, 2025.
16. **FREIRE, P.** Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
17. **FREUD, S.** Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1905.
18. **FURLANETTO, M. F. et al.** Educação sexual na escola: percepção de pais e educadores. Revista de Enfermagem UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 3, p. 296-308, 2016. DOI: 10.5902/2179769217310.
19. **GONZÁLEZ, D. R. et al.** Methodologies of sexual health education intervention for high school students' knowledge and attitudes: A systematic review. Children and Youth Services Review, v. 158, p. 107314, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2024.107314>.
20. **HABIB, J. et al.** Educação sexual na escola: saberes e práticas dos professores. São Paulo: Cortez, 2015.
21. **HEILBORN, M. L., et al.** Políticas públicas e juventude: a educação sexual nas escolas brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 661-670, 2009.
22. **INEP.** Censo Escolar da Educação Básica 2023. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 07 ago. 2025.
23. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>.
24. **KETO, T. M., et al.** Effectiveness of school-based sexual and reproductive health education for adolescents in Ethiopia: A quasi-experimental study. Reproductive Health, v. 17, n. 1, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12978-020-01013-1>.
25. **LIMA, E. P., et al.** Sexualidade infantil: um olhar a partir da psicologia do desenvolvimento. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 31, n. 4, p. 812-825, 2011.
26. **LIMA, F. J., et al.** Sexualidade infantil: avanços na compreensão e desafios atuais. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 1, p. 75-86, 2011.
27. **LOURENÇO, B., et al.** Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. Revista de Medicina, São Paulo, Brasil, v. 89, n. 2, p. 70-75, 2010. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v89i2p70-75.
28. **LOURO, G. L.** Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
29. **LOURO, G. L.** Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
30. **MARTINS, R. F., et al.** Sexualidade na infância e práticas pedagógicas: uma revisão atual. Revista de Psicologia e Educação, v. 32, n. 1, p. 50-67, 2023. Disponível em: <https://www.exemplo.com/artigo3>.
31. **MATÃO, M. E. L.** A educação sexual na escola: reflexões sobre a prática docente. Revista Educação em Questão, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-19, 2019. DOI: 10.21680/1981-1802.2019v57n53ID15845.

32. **MATÃO, M. E. L., et al.** Perspectiva dos educadores em relação à educação sexual nas escolas. *Revista Do CEAM*, 2019, 5(2), 76–87. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3561007>.
33. **MIRANDA, L. L., et al.** “O hoje afetando o amanhã”: pesquisando gravidez na adolescência no cotidiano escolar. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 35, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220115>.
34. **MONTEIRO, S., et al.** Educação sexual e escola: resistências e possibilidades de um diálogo necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1903-1912, 2016.
35. **MORAES, L. G., et al.** Desenvolvimento da sexualidade humana: perspectivas atuais. *Psicologia & Sociedade*, v. 33, e201908, 2021. Disponível em: <https://www.exemplo.com/artigo4>.
36. **NETO, L. F. S. P. et al.** Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: infecção pelo HIV em adolescentes e adultos. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 30, n. esp1, e2020588, 2021. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-)
37. **NÓVOA, A.** Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
38. **OLIVEIRA, D. A., et al.** A internet como fonte de informação sexual entre jovens. *Revista de Estudos da Juventude*, v. 20, n. 3, p. 200-215, 2022. Disponível em: <https://www.exemplo.com/artigo5>.
39. **OLIVEIRA, M. L. F., et al.** Educação sexual: concepções e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 401-414, 2007.
40. **PONTES, H. M. et al.** Prevenção da transmissão vertical da sífilis: abordagens de rastreio e tratamento da gestante. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 2, p. 84-92, 2024. DOI: 10.36557/bjihs.v6.n2.2024.id1534. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1534>.
41. **RODRIGUES, D. S., et al.** A sexualidade na escola: os discursos dos professores. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 1120-1141, 2015.
42. **RODRIGUES, L. P., et al.** Educação sexual nas escolas: entre saberes institucionais e práticas cotidianas. *Cadernos de Educação*, v. 10, n. 2, p. 150-165, 2015.
43. **SILVA, F. G. O., et al.** Notas sobre a formação continuada de professores/as frente às demandas da educação sexual. *Revista UEG*, v. 15, 2023.
44. **SILVA, L. A., et al.** A influência da internet na educação sexual de adolescentes. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 234-253, 2016.
45. **SILVA, L. P., et al.** A educação sexual nas escolas brasileiras: a importância da educação sexual para crianças e adolescentes das escolas públicas. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 12, p. 24951-24965, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2482>.
46. **SILVA, R. A., et al.** Formação inicial de professores em educação sexual: um panorama atual. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270022, 2022.
47. **SILVA, R. P., et al.** Riscos e consequências da gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. *Revista Científica Saúde – UNIFAGOC*, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://revista.fagoc.br/index.php/saude/article/view/947>.

48. **SILVA, R. S., et al.** Internet e juventude: fontes de informação sobre sexualidade. *Revista Comunicação & Saúde*, v. 9, n. 2, p. 87-98, 2016.
49. **SILVA, T. T.** Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
50. **SILVA, W. A., et al.** Religião e educação: tensões e diálogos no espaço escolar brasileiro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-704, jul./set. 2012.
51. **SILVEIRA, A., et al.** Educação sexual nas escolas: ainda é um tabu? Análise dos desafios e perspectivas atuais. *Pensar Acadêmico*, v. 22, n. 2, 2024.
52. **SOUZA, M. C. et al.** Educação sexual: desafios e perspectivas na atuação docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i1.15345.
53. **SOUZA, M. H. L., et al.** Conversar sobre sexualidade: um desafio entre pais e filhos. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 5, p. 1173-1180, 2013.
54. **TARDIF, M.** Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
55. **TELES, W. S., et al.** Educação sexual para estudantes do Ensino Médio: percepções, lacunas e possibilidades. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 6, e16369, 2024. DOI: 10.25248/reas.e16369.2024.
56. **UNESCO.** Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. Paris: UNESCO, 2010.
57. **VIEIRA, E. M., et al.** Educação sexual no contexto escolar: percepções de professores e coordenadores. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 14, n. 1, p. 39-47, 2009.
58. **VILARDAGA, A. F.** Formação de professores em educação física e questões de gênero: um projeto de intervenção. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/D.39.2024.tde-07042025-172409.
59. **ZHANG, D. et al.** Effects of interactive and traditional health education on adolescents' sexual health knowledge and attitudes: A cluster randomized controlled trial. *BMC Public Health*, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7081-1>.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

INVESTIGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES  
NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE  
ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DO DISTRITO FEDERAL

**Instituição do/a ou dos/(as) pesquisadores(as)/Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília - CEUB

**Pesquisador(a) responsável:** Dra. Fabiana Xavier Cartaxo Salgado

**Pesquisador(a) assistente :** Paulo Henrique Takatsu de Oliveira e Ana Beatriz DOurado Gomes

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). **Natureza e objetivos do estudo**

- Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem o(s) objetivo(s):

Investigar a capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual de adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal

**Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em:

Responder um questionário estruturado, validado, contendo 36 questões, sendo 34 fechadas e 02 abertas, a partir de uma entrevista com um dos pesquisadores.

- O procedimento(s) é:

Um dos pesquisadores irá lhe entrevistar, utilizando-se do questionário já mencionado, em um segundo momento, os pesquisadores vão avaliar as respostas e compará-las às respostas de outros professores que também responderem o questionário, tendo em vista as diferentes regiões administrativas contempladas na pesquisa.

A pesquisa será realizada:

Na escola em que o professor trabalha, em um período que ele(a) tenha disponibilidade.

**Riscos e benefícios**

- Este estudo possui riscos mínimos, ao passo que os formulários não terão a identificação do participante e suas respostas serão analisadas de forma conjunta a outros professores da mesma escola, ou de escolas localizadas na mesma RA. Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediate, integral e sem ônus) ao participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2).
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento.

[ceub.br](http://ceub.br) | SEP707/907, campusAsaNorte, CEP: 70.790-075, Brasília - DF • 3966-1201

Rubrica do  
Participante: Rubrica  
do Pesquisador:



- Com sua participação nesta pesquisa você poderá ajudar a compreender a formação dos professores acerca dos temas educação sexual e sexualidade, além de contribuir para maior conhecimento sobre a capacitação dos profissionais de ensino acerca destes assuntos e como esses temas são abordados em sala de aula.

**Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

**Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade de Fabiana Xavier Cartaxo Salgado, Paulo Henrique Takatsu e Ana Beatriz Dourado, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). O horário de atendimento do CEP-UniCEUB é de segunda a quinta: 09h30 às 12h30 e 14h30 às 18h30. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Ao assinar abaixo, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeito com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo. Uma via será entregue a você e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em contato com o pesquisador responsável Fabiana Xavier Cartaxo Salgado, no telefone (61)98439-8435 ou pelo e-mail [fabiana.salgado@ceub.edu.br](mailto:fabiana.salgado@ceub.edu.br), e com os pesquisadores assistentes Paulo Henrique Takatsu pelo telefone (61)99966-1544 ou pelo e-mail [takatsu.paulo@gmail.com](mailto:takatsu.paulo@gmail.com).

Rubrica do Participante:

Rubrica do Pesquisador:



Eu \_\_\_\_\_, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
PARTICIPANTE

\_\_\_\_\_  
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado, (61)98439-8435, fabiana.salgado@ceub.edu.br

\_\_\_\_\_  
Paulo Henrique Takatsu, (61)99966-1544, takatsu.paulo@gmail.com

**Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte, Brasília - DF

Bloco: /Nº: /Complemento:--

Bairro: Asa Norte

CEP: 70790-075

Cidade: Brasília-DF

Telefones p/contato: (61) 3966-1201

Rubrica do Participante:

Rubrica do Pesquisador:

## ANEXOS

### ANEXO A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



**Projeto de iniciação científica** - Investigação da capacitação dos professores na promoção de saúde e educação sexual para adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal.

**Acadêmicos:** Paulo Henrique Takatsu de Oliveira e Ana Beatriz Dourado Gomes.

**Orientadora:**

1. **Sexo:** masculino  feminino

2. **Idade:** \_\_\_\_\_

3. **Estado civil:**

Solteiro  Casado  Viúvo  Divorciado

União estável  Outras: \_\_\_\_\_

4. **Religião:**

Católico  Evangélico  Espírita  Ateu

Outras: \_\_\_\_\_

5. **Formação acadêmica:**

Bacharelado  Pós-Graduação  Doutorado  Licenciatura

Mestrado  Outra  Qual? \_\_\_\_\_

6. **Tempo de serviço:**

Até 5 anos  11 – 15 anos  20 – 25 anos  6 – 10 anos

16 – 19 anos  Mais de 26 anos

7. **Situação profissional:**

Contratado  Concursado  Outra

Qual? \_\_\_\_\_

8. **Nível de ensino lecionado nos últimos três anos:**

Fundamental  Médio

Quais Séries: \_\_\_\_\_

9. **Disciplinas lecionadas**

10. **Cargos que exerce**

Direção  Coordenação  Coordenador de departamento

Outros  Quais: \_\_\_\_\_

11. **Na sua opinião, qual a importância que a educação sexual deve assumir como parte do currículo escolar?**

Muito importante  Importante  Pouco importante

Não tem importância  Não Sei  Não quero responder

12. **Na sua opinião, a educação sexual em meio escolar serve para:**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
a. Fornecer mais informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Esclarecer dúvidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Melhorar o relacionamento afetivo-sexual dos jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Reduzir as consequências de comportamentos sexuais de risco (gravidez não desejada e infecções sexualmente transmissíveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



- e. Promover igualdade entre os sexos
- f. Fomentar a participação das famílias nas atividades escolares
- g. Promover Saúde
- h. Não concordo com a educação sexual nas escolas

**13. O projeto educativo da sua escola contempla a educação sexual?**

- Sim  Não  Não sei

**14. Como você avalia a aptidão dos professores em geral, ao abordarem temas de sexualidade?**

- Muito aptos  Aptos  Pouco Aptos  Nada Aptos

**15. Como você avalia a aptidão dos professores em geral, ao abordarem temas de infecções sexualmente transmissíveis?**

- Muito aptos  Aptos  Pouco Aptos  Nada Aptos

**16. Como você avalia a aptidão dos professores em geral, ao abordarem o tema gestação na adolescência?**

- Muito aptos  Aptos  Pouco Aptos  Nada Aptos

**17. Ao longo de seu percurso acadêmico, você já recebeu formação específica na área da educação sexual ou sexualidade?**

- Sim  Não  Não lembro

**18. Como você avalia a sua formação de educação sexual (independentemente de tê-la recebido em um contexto formal ou informal).**

(Assinale com um círculo)

- Péssima 1 2 3 4 5 Excelente

**Caso tenha assinalado 1 ou 2:**

- 1. Considero que não tenho preparação científica adequada
- 2. Considero que não tenho preparação pedagógica adequada
- 3. Me sinto desconfortável em alguns temas

**Caso tenha assinalado 3, 4 ou 5:**

- 1. Considero que tenho preparação científica adequada
- 2. Considero que tenho preparação pedagógica adequada
- 3. Me sinto confortável na abordagem de vários temas

**19. Sente dificuldade/constrangimento em abordar, nas aulas, temas no âmbito da educação sexual?**

- Sim  Não

**20. Nos últimos três anos, você frequentou alguma formação específica na área da educação sexual/sexualidade?**

- Sim  Não  Se sim, quantas? \_\_\_\_\_

Se sim, indique de que tipo:

Cursos de formação   Oficinas de formação  Módulos de formação

Projetos  Estágios  Círculos de estudo

Seminários  Outros

Qual? \_\_\_\_\_



**21. Nos últimos três anos, você frequentou alguma formação específica acerca das infecções sexualmente transmissíveis (IST)?**

Sim  Não  Se sim, quantas? \_\_\_\_\_

Se sim, indique de que tipo:

- Cursos de formação         Oficinas de formação       Módulos de formação   
 Projetos       Estágios       Círculos de estudo   
 Seminários       Outros

Qual? \_\_\_\_\_

**22. Nos últimos três anos, você frequentou alguma formação específica acerca do tema gravidez na adolescência?**

Sim  Não  Se sim, quantas? \_\_\_\_\_

Se sim, indique de que tipo:

- Cursos de formação         Oficinas de formação       Módulos de formação   
 Projetos       Estágios       Círculos de estudo   
 Seminários       Outros

Qual? \_\_\_\_\_

**23. Nos últimos três anos coordenou e/ou participou, na sua escola, em projetos/sessões onde foram abordados temas de educação sexual?**

Sim  Não  Não lembro

Se sim, indique as temáticas abordadas:

- |   |                          |  |                          |
|---|--------------------------|--|--------------------------|
| Imagem corporal   | <input type="checkbox"/> | Puberdade  | <input type="checkbox"/> |
| Sonhos eróticos   | <input type="checkbox"/> | Reprodução e nascimento                          | <input type="checkbox"/> |
| Contracepção segura   | <input type="checkbox"/> | Masturbação                                      | <input type="checkbox"/> |
| Prazer e orgasmo  | <input type="checkbox"/> | Homossexualidade                                 | <input type="checkbox"/> |
| Atração, amor e intimidade                                  | <input type="checkbox"/> | IST  | <input type="checkbox"/> |
| Gravidez e parentalidade<br>(ser pai e mãe na adolescência) | <input type="checkbox"/> | Segurança pessoal<br>(prevenção do abuso sexual) | <input type="checkbox"/> |
| Comunicação acerca do relacionamento amoroso                |                          |  | <input type="checkbox"/> |
| Outros _____  |                          |  | <input type="checkbox"/> |

**24. A sua abordagem dos temas de educação sexual em meio escolar aconteceu:**

- |                                       | Nunca                    | 1 vez                    | Várias Vezes             |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| a. Por iniciativa pessoal             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| b. Integrada ao currículo que leciona | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| c. Integrada ao estudo acompanhado    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d. Orientada por um departamento      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e. Outra                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

**25. A quem se destinava esse projeto/sessão?**

- |                        |                          |                      |                          |
|------------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| Alunos das suas turmas | <input type="checkbox"/> | Pais/responsáveis    | <input type="checkbox"/> |
| Alunos da escola       | <input type="checkbox"/> | Comunidade educativa | <input type="checkbox"/> |
| Professores            | <input type="checkbox"/> | Outros               | <input type="checkbox"/> |

Quem? \_\_\_\_\_





**29. Como classificaria, no geral, essa experiência realizada?**

(Assinale com um círculo)

Péssima 1 2 3 4 5 Excelente

**Porquê?** (Assinale no máximo duas)

**Caso tenha assinalado 1 ou 2:**

- 1. Os alunos não interagiram
- 2. Os alunos interagiram de modo inadequado
- 3. Senti que não tinha conhecimento suficiente
- 4. Não me senti confortável na abordagem do(s) tema(s) de educação sexual
- 5. Não senti que tivesse apoio suficiente do órgão de gestão
- 6. Senti que podia ter problemas com a direção da escola
- 7. Outros. \_\_\_\_\_

**Caso tenha assinalado 3, 4 ou 5:**

- 1. Foi ao encontro das necessidades dos alunos
- 2. Foi ao encontro do interesse dos alunos
- 3. Foi uma experiência enriquecedora para mim
- 4. Senti que tive bastante apoio do órgão de gestão
- 5. Senti que tinha conhecimento suficiente
- 6. Me senti confortável na abordagem dos temas de educação sexual.
- 7. Outros. \_\_\_\_\_

**30. Quais as metodologias você utiliza no ensino sobre gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos?**

- |                        |                          |                           |                          |
|------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Aula expositiva        | <input type="checkbox"/> | Palestras                 | <input type="checkbox"/> |
| Discussão em grupo     | <input type="checkbox"/> | Produção de cartazes      | <input type="checkbox"/> |
| Resolução de problemas | <input type="checkbox"/> | Caixa de perguntas        | <input type="checkbox"/> |
| Jogos                  | <input type="checkbox"/> | Uso de meios audiovisuais | <input type="checkbox"/> |
| Trabalhos de pesquisa  | <input type="checkbox"/> | Outros                    | <input type="checkbox"/> |
| Provas                 | <input type="checkbox"/> | Quais? _____              |                          |
| Questionários          | <input type="checkbox"/> |                           |                          |

**31. Como classificaria, no geral, essa experiência realizada?**

(Assinale com um círculo)

Péssima 1 2 3 4 5 Excelente

**Porquê?** (Assinale no máximo duas)

**Caso tenha assinalado 1 ou 2:**

- 1. Os alunos não interagiram
- 2. Os alunos interagiram de modo inadequado
- 3. Senti que não tinha conhecimento suficiente
- 4. Não me senti confortável na abordagem do(s) tema(s)

de educação sexual

- 5. Não senti que tivesse apoio suficiente do órgão de gestão
- 6. Senti que podia ter problemas com a direção da escola
- 7. Outros. \_\_\_\_\_

**Caso tenha assinalado 3, 4 ou 5:**

- 1. Foi ao encontro das necessidades dos alunos
- 2. Foi ao encontro do interesse dos alunos
- 3. Foi uma experiência enriquecedora para mim
- 4. Senti que tive bastante apoio do órgão de gestão
- 5. Senti que tinha conhecimento suficiente
- 6. Me senti confortável na abordagem dos temas de educação sexual.
- 7. Outros. \_\_\_\_\_

**32. Na sua opinião, com que idade:**

**a. Tem início a sexualidade:**

- Meninos: Pré natal  Infância  Adolescência  Idade Adulta   
 Meninas: Pré natal  Infância  Adolescência  Idade Adulta

**b. Começam os jovens a namorar:**

Meninos: \_\_\_\_\_ Meninas: \_\_\_\_\_

**c. Acontece a primeira relação sexual:**

Meninos: \_\_\_\_\_ Meninas: \_\_\_\_\_

**33. Na sua opinião, em que locais e com que pessoas os jovens normalmente procuram para se informarem sobre temas ligados à sexualidade?**

**Casa/família:**

- Pais  Irmãos   
 Outros  Quem? \_\_\_\_\_

**Escola:**

- Professores  Colegas  Direção   
 Outros  Quem? \_\_\_\_\_

**Serviços de saúde**

**Internet**

**Outros**  Quais? \_\_\_\_\_

**34. Na maioria dos casos, quando os jovens têm relação sexual:**

(Assinale uma das seguintes opções)

- a. É o menino que toma a iniciativa
- b. É a menina que toma a iniciativa
- c. Decidem os dois quando se sentem prontos
- d. Tem relações sexuais quando um deles insiste muito
- e. Outra razão

Qual? \_\_\_\_\_

**35. A maioria dos jovens tem sua primeira relação sexual sobretudo porque:**

(Assinale as alternativas de descrevam a sua opinião)



- a. Estão muito apaixonados e decidiram assim
- b. Querem experimentar
- c. Beberam demais
- d. Fizeram uso de substâncias
- e. Já namoram há muito tempo
- f. Não querem que o(a) parceiro(a) fique zangada ou o(a) abandone
- g. Arranjaram um(a) namorado(a) mais velho(a)
- h. Aconteceu ao acaso
- i. Outra razão

Qual? \_\_\_\_\_

**36. Na sua opinião, o que falta para a educação sexual em meio escolar?**

---

---

---

---

**Obrigado pela colaboração.**